



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Maurício Carvalho – União Brasil/RO

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)

Aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio 2024-
2034.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, DE 2025

Modifica-se a proposta do art. 22, do Projeto de Lei 2.614 de 2024, a qual
passará a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

(...)

Art. 22. O Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, até o final do oitavo ano de vigência deste Plano Nacional de Educação, projeto de lei referente ao plano decenal de educação subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

O prazo estabelecido no artigo 22 do projeto do novo PNE — que prevê o envio do novo plano decenal de educação ao Congresso apenas no primeiro semestre do nono ano de vigência do atual plano — compromete a capacidade do Poder Legislativo de realizar um debate amplo, qualificado e com a devida participação social.

Isso ocorre porque, com esse cronograma, o projeto de lei chegaria ao Congresso em um momento muito próximo do fim da vigência do PNE atual, deixando um intervalo reduzido para a tramitação nas duas casas legislativas, para a discussão na comissão especial e para a realização de audiências públicas e seminários regionais. Além disso, caso haja necessidade de revisões substantivas ou enfrentamento de impasses políticos, o risco de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Maurício Carvalho – União Brasil/RO

lacuna entre planos aumenta consideravelmente, prejudicando a continuidade das políticas educacionais de longo prazo. Um exemplo claro desses efeitos é o envio, com atraso por parte do governo federal, do Projeto de Lei nº 2614/2024, o que tem comprimido o calendário de discussão legislativa e dificultado o debate qualificado e participativo que a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação exige.

Diante disso, o envio do projeto pelo Governo Federal com um prazo ampliado permitiria a escuta de especialistas e da sociedade civil, bem como proporciona mais tempo para que os parlamentares das duas Casas possam debater o projeto e construir consensos. Ademais, o envio antecipado gera uma maior segurança de que o novo PNE será aprovado e pronto para implementação assim que o plano vigente se encerrar, evitando descontinuidades na política educacional e conferindo maior segurança institucional à agenda educacional do país.

Sala da Comissão, em de Maio de 2025

MAURÍCIO CARVALHO

Deputado Federal (UNIÃO – RO)

